



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO

PREGÃO ELETRÔNICO nº 32/2020

OBJETO: Contratação de companhia seguradora para cobertura dos bens imóveis sob responsabilidade do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.

IMPUGNANTE: Mapfre Seguros Gerais S/A

1. RELATÓRIO

Mapfre Seguros Gerais S/A, inscrita no CNPJ sob o nº 61.074.175/0001-38, sediada na Avenida das Nações Unidas, nº 14.261, 17º andar, em São Paulo/SP, apresentou, com fundamento no Decreto nº 3.555/2000, na Lei nº 10.520/2002 e no artigo 41 e seus parágrafos da Lei nº 8.666/93, impugnação ao edital relativo ao Pregão Eletrônico em epígrafe.

A impugnante requer a retificação do edital no tocante à exigência de apresentação de atestado de capacidade técnica registrado na SUSEP como requisito de qualificação técnica.

Alega que tal exigência “*é excessiva e incompatível com o mercado segurador*” e que “*é ilegal e restringe a participação no certame, comprometendo seu caráter competitivo e o objetivo principal dos processos licitatórios: selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração.*”

Ressalta, ainda, que “*a exigência impugnada **tornará o certame deserto**, uma vez que as companhias seguradoras têm como entidade responsável pelo seu controle e fiscalização a **Superintendência de Seguros Privados (SUSEP)**, que não registra atestados.*”

A Secretaria de Engenharia (SENG), unidade demandante do objeto deste Pregão, manifestou-se sobre as alegações da impugnante.

É o relatório.

2. ADMISSIBILIDADE

2.1 – Tempestividade

O art. 24 do Decreto nº 10.024/2019, regente da presente licitação, dispõe que “*qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até **três dias úteis** anteriores à data fixada para abertura da sessão pública*” (grifou-se).

No presente caso, a abertura das propostas foi designada, originalmente, para o dia **16/12/2020, às 13h00**, e a impugnação foi apresentada



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO

por intermédio de correspondência eletrônica enviada no dia **11/12/2020**, às **16h29min**, sendo, portanto, tempestiva.

3. MÉRITO

Requer a impugnante a retificação do edital, *“a fim de excluir a exigência prevista no item 5.1.1.1. [...], que prevê a apresentação de atestado de capacidade técnico-profissional devidamente registrado na SUSEP.”*

A esse respeito, a Secretaria de Engenharia, área técnica responsável, por meio da CI/SENG/389/2020, manifestou-se nos seguintes termos:

“A impugnação versa sobre o subitem 5.1.1.1 do Termo de Referência, Anexo I do Edital, transcrito abaixo:

“5.1. Para participar do certame, a empresa deverá apresentar:

5.1.1. No mínimo, 01 (um) atestado de capacidade técnico-profissional, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado contratante do serviço, comprovando que mantém ou manteve contrato de seguro compatível com o objeto deste Pregão.

5.1.1.1. Será considerado compatível o contrato de seguro com cobertura dos riscos descritos no item 3.1, devidamente registrado na SUSEP, com VRD total de valor igual ou superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais).”

De início, cumpre destacar que a exigência de apresentação de atestado técnico como condicionante para qualificação técnica do licitante apresenta amparo legal, conforme previsão expressa no inciso II do art. 30 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993.

“Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

II- comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO

da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;”

O supracitado normativo ainda determina que a Administração Pública defina critérios objetivos para aferir a capacidade técnico-operacional dos interessados, exigindo que os atestados sejam compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, respeitando assim os princípios da impessoalidade e transparência.

Nesse contexto, entende-se ser necessário estabelecer um parâmetro de grandeza mínima de bens já segurados em outra contratação similar de forma a garantir a possibilidade de participação daqueles que tenham real capacidade potencial para desenvolver os serviços com a segurança que o interesse público requer.

Assim, atendido o princípio da razoabilidade ao se determinar um percentual aproximado de 10% (R\$ 30.000.000,00) do Valor em Risco Declarado total da contratação que se pretende realizar (R\$ 311.233.744,40).

Em relação ao subitem 5.1.1.1, no que diz respeito ao termo “devidamente registrado na SUSEP”, esclarecemos que faz referência ao documento que formaliza o contrato de seguro, a contratação propriamente dita, ou seja, a apólice de seguros. O Edital não exige que o atestado esteja registrado na SUSEP.

Assim, considerando que os itens impugnados pela Mapfre Seguros S/A não constituem restrição editalícia e, com vistas à obtenção da melhor proposta à Administração, no interesse público, em termos técnicos de engenharia, não apresentamos restrições à manutenção da redação apresentada no Edital.”

Como se vê, o edital não exige atestado registrado na SUSEP, mas atestado que remeta a contrato de seguro devidamente registrado na SUSEP.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO

Desta forma, não há que se falar na alteração do edital, conforme requerido.

4. CONCLUSÃO

Ante o exposto, resolve a Pregoeira receber e conhecer da impugnação oferecida por **Mapfre Seguros Gerais S/A**, por tempestiva, e, no mérito, desprovê-la, nos termos da fundamentação supra, sobretudo nos termos do parecer emitido pela unidade técnica/demandante, o qual adota em sua integralidade, fazendo parte deste *decisum*.

Mantida a data de abertura do certame.

Remeta-se cópia desta decisão, por meio eletrônico, à impugnante, disponibilizando-a e publicando-a no sítio eletrônico deste Tribunal.

Belo Horizonte, 14 de dezembro de 2020.

Graziella Melgaço Pires Furtado de Mendonça
Pregoeira